

“Eu não tenho cara de professora”: imagens de controle e estratégias de resistência de mulheres negras em Dourados/MS

“I don't look like a teacher”: images of control and resistance strategies of black women in Dourados, Mato Grosso do Sul

Beatriz Honorato Meira¹
Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul - SED/MS
beatrizhonoratomeira@gmail.com

Silvia Mara de Melo²
Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD
silviamelo@ufgd.edu.br

RESUMO: Este artigo, como recorte da minha dissertação “Eu não tenho cara de professora”: análise do enunciado de mulheres negras e o enfrentamento às imagens de controle na cidade de Dourados, tem por objetivo compreender como práticas discursivas racistas produzem deriva de sentidos sobre a docência e regulam a presença de mulheres negras na escola, bem como mapear enunciados de enfrentamento às imagens de controle. O referencial teórico articula os Estudos Discursivos Foucaultianos (sujeito, enunciado, relações de poder e subjetivação) às contribuições interseccionais de Bueno (2020) e Patricia Hill Collins (2019), tomando raça e gênero como eixos constitutivos das experiências analisadas. Metodologicamente, adota-se a perspectiva arqueogenalógica, com *corpus* composto por entrevistas e elementos enunciativos que permitem examinar a materialidade discursiva que atravessa trajetórias docentes em Dourados/MS. Os resultados evidenciam regularidades que associam autoridade e legitimidade a parâmetros racializados, atualizando estereótipos e microagressões que subalternizam o corpo negro feminino, simultaneamente, emergem movimentos de resistência, reposicionamento e reconfiguração identitária que tensionam esses regimes de verdade e deslocam a leitura do racismo para sua dimensão estrutural e institucional.

Palavras-chave: Discurso; Mulher Negra; Racismo.

ABSTRACT: This article called “I don't look like a teacher”: analysis of statements by black women and their confrontation with images of control in the city of Dourados, aims to understand how racist discursive practices produce a drift in meanings about teaching and regulate the presence of black women in schools, as well as to map statements that confront images of control. The theoretical

¹ Graduada em Letras – Habilitação em Português e Inglês pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS, 2019–2023). Mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD, 2023–2025). Atualmente, atua como professora temporária da Educação Básica na Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), na cidade de Dourados/MS.

² Possui graduação em Letras – Português e Inglês pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 1998), mestrado e doutorado em Linguística pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP, 2004 e 2009), e pós-doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É professora associada da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), onde atua nas áreas de Linguística e Língua Inglesa, com ênfase em análise do discurso, ensino e produção acadêmica.

framework articulates Foucauldian Discourse Studies (subject, statement, power relations, and subjectivation) with the intersectional contributions of Bueno (2020) and Patricia Hill Collins (2019), taking race and gender as constitutive axes of the experiences analyzed. Methodologically, we adopt an archegenealogical perspective, with a corpus composed of interviews and enunciative elements that allow us to examine the discursive materiality that traverses teaching trajectories in Dourados/MS. The results show regularities that associate authority and legitimacy with racialized parameters, updating stereotypes and microaggressions that subordinate the black female body. Simultaneously, movements of resistance, repositioning, and identity reconfiguration emerge that challenge these regimes of truth and shift the reading of racism to its structural and institutional dimension.

Keywords: Black Woman; Discourse; Racism.

Introdução

As inquietações que orientam esta pesquisa emergem de minha trajetória como pesquisadora e ativista do movimento negro³, forjada nas tensões entre verdade, poder, discurso e resistência. É nesse horizonte que este trabalho se constitui, em diálogo com mulheres negras cujas experiências e reflexões atravessaram decisivamente sua elaboração.

Ao longo de quatro anos, integrei a mesa diretiva do Conselho Municipal de Defesa e Desenvolvimento dos Direitos Afro-brasileiros de Dourados/MS (COMAFRO), espaço no qual acompanhei denúncias e encaminhamentos relacionados a práticas racistas. Esse percurso de atuação evidenciou, de modo insistente, o quanto as vivências de mulheres negras na região permanecem sub-representadas como objeto de investigação, apesar de sua centralidade no cotidiano institucional e comunitário.

A constatação desse hiato, isto é, a escassez de estudos voltados às trajetórias e aos modos de inscrição dessas mulheres nos territórios educacionais e sociais sul-mato-grossenses, não apenas motivou como também orientou o recorte analítico aqui proposto. Assim, o texto se organiza como uma tentativa de tensionar esse silêncio e de produzir inteligibilidade sobre aquilo que, reiteradamente, tem sido marginalizado na literatura.

Para tanto, este artigo resulta de um recorte da minha dissertação de mestrado intitulada *“Eu não tenho cara de professora”: análise de enunciados de mulheres negras da cidade de Dourados e o enfrentamento às imagens de controle*, defendida em fevereiro de 2025, no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Minha pesquisa teve como foco as práticas discursivas que atravessam os modos de subjetivação de mulheres negras, a partir da abordagem arqueogenealógica foucaultiana.

A cidade de Dourados, situada no interior do Brasil, no estado de Mato Grosso do Sul, constitui o espaço social, político e discursivo no qual inscrevo esta análise. Trata-se de um território marcado pela diversidade étnico-racial, mas também por uma histórica invisibilização das experiências negras no campo da educação. Ainda são escassas as pesquisas que articulam práticas discursivas e marcadores como raça e gênero, especialmente no contexto sul-mato-

³ Com raízes nas formas históricas de resistência negra no Brasil, como quilombos, irmandades e associações desde o período colonial, o Movimento Negro consolida-se como movimento social organizado em 1978, com a criação do Movimento Negro Unificado, ao contestar o mito da “democracia racial” e nomear o racismo como estrutural. Essa agenda produziu marcos jurídicos e políticos, entre eles a previsão constitucional que torna o racismo crime inafiançável e imprescritível (CF/1988), a Lei 7.716/1989, a Lei 10.639/2003, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010) e as políticas de ação afirmativa no ensino superior (Lei 12.711/2012). Mais que reivindicar direitos, o Movimento Negro reconfigura linguagem, currículos e memórias, fortalece identidades negras e aprofunda a democracia brasileira ao inscrever a luta antirracista nas instituições e na esfera pública.

grossense. Essa ausência evidencia um silenciamento estrutural que busco problematizar e denunciar. Portanto, este recorte territorial não se limita à descrição geográfica, mas se inscreve como ato político e epistêmico, fazendo das margens um lugar de fala, análise e resistência.

A partir da escuta de duas mulheres negras, professoras e residentes em Dourados/MS, analiso enunciados que incidem sobre o trabalho docente, compreendido aqui como um campo de ativação de discursos racializados que interdita e desautoriza a presença da mulher negra na posição de autoridade. Embora a dissertação de origem reúna quatro colaboradoras, por delimitação analítica, este texto concentra-se nas experiências de duas delas, selecionadas por apresentarem trajetórias diretamente vinculadas ao âmbito educacional e por fazerem convergir, em seus dizeres, sentidos recorrentes sobre o cotidiano da docência, o que permite problematizar com maior densidade os efeitos de sentido produzidos nesse campo.

Tais enunciados não são tratados como expressões individuais, mas como materialidades discursivas que emergem de uma rede atravessada por relações de poder, por imagens de controle (Collins, 2019) e por processos de subjetivação racializados, atualizados tanto nas dimensões institucionais quanto nos afetos e nas experiências cotidianas.

Minha análise ancora-se na concepção foucaultiana de sujeito, enunciado e poder (Foucault, 2007; 2013), articulada à noção de imagens de controle, entendidas como estereótipos historicamente construídos para regular e subalternizar a presença das mulheres negras nos diferentes espaços sociais. Ao considerar a escola como um campo discursivo específico, busco evidenciar como tais imagens são mobilizadas nos relatos das colaboradoras (C1 e C2) e de que modo seus enunciados, ao mesmo tempo que reproduzem os efeitos da exclusão, também enunciam deslocamentos, reconfigurações e formas de resistência.

A escolha metodológica pela abordagem arqueogenealógica⁴ me permitiu observar os discursos não como manifestações fixas de sentido, mas como práticas historicamente situadas, atravessadas por regimes de verdade e mecanismos de poder que operam tanto na constituição dos sujeitos quanto nas normas que regulam suas presenças. Assim, o *corpus*, construído a partir de entrevistas semiestruturadas, não é tratado como mero testemunho, mas como materialidade discursiva que evidencia as condições de emergência e os regimes de verdade que produzem determinados sentidos sobre a mulher negra no espaço da docência.

⁴ O método arqueogenealógico de Michel Foucault combina a arqueologia, que analisa os sistemas discursivos que organizam o saber em diferentes épocas, e a genealogia, que investiga as condições históricas que originam esses discursos. Esse método revela as contingências que moldam as formas de saber e poder, e abre a possibilidade de transformação das condições atuais, ao permitir o questionamento da "ordem do discurso" e a oposição a ela (REVEL, 2005, p. 53).

Para fins de publicação e de ampliação da circulação do material, as informantes são tratadas como “colaboradoras” e identificadas por codificação: Colaboradora 1 (C1) e Colaboradora 2 (C2). Adota-se a anonimização, com supressão de elementos que possam permitir identificação direta ou indireta, preservando-se, para fins analíticos, apenas informações gerais relativas às suas posições sociais e institucionais. A Colaboradora 1 (C1) é docente do ensino superior na área de Letras, com trajetória acadêmica consolidada; reside há mais de duas décadas em município do interior de MS; é mãe e avó. A Colaboradora 2 (C2) é professora da educação básica (área de exatas), com formação em gestão escolar e experiência em funções de liderança; aposentada; possui histórico de participação sindical e em instâncias representativas da categoria; é mãe e avó; reside há quatro décadas no interior de MS.

Ao compreender o discurso como prática social, material e histórica, busco observar como os sentidos sobre a presença negra na escola são produzidos, disputados e transformados nos enunciados dessas mulheres. Ao tomar a docência como um território de disputa simbólica, evidencio como o lugar de fala da mulher negra é frequentemente colocado sob suspeita, atravessado por dispositivos de desautorização que remetem a uma longa história de exclusão dos corpos negros dos espaços de produção e circulação do saber.

Ancorada nas experiências compartilhadas por mulheres negras da docência, articulo, neste artigo, contribuições da Análise do Discurso com os estudos étnico-raciais, analisando enunciados atravessados por controle, silenciamento e resistência. Reafirmo o compromisso com a escuta como ato político e com a palavra como campo de disputa. Ao compreender os discursos como práticas materiais e históricas, afirmo a presença negra na escola como um lugar de enfrentamento às imagens de controle e de reinvenção de si.

Discurso, imagens de controle: processos de subjetivação

Para sustentar esta análise, recorro ao aporte teórico de Michel Foucault e Patrícia Hill Collins, cujas contribuições permitem compreender os discursos como práticas historicamente situadas, atravessadas por relações de poder, imagens de controle e processos de subjetivação. Ancorei a investigação na abordagem arqueogenológica de Foucault (2007; 2013), a partir da qual os conceitos de sujeito, enunciado e poder não se apresentam como categorias fixas, mas como efeitos de práticas discursivas que se transformam e se reinscrevem conforme as condições de sua emergência. Como afirma o autor, “os sujeitos não são o ponto de origem do discurso, mas são produzidos por ele” (Foucault, 2010, p. 12).

Em *A arqueologia do saber*, Foucault (2007) propõe o conceito de enunciado como unidade básica da análise do discurso, ao ressaltar que seu funcionamento depende das condições de possibilidade que o atravessam. “O enunciado é um acontecimento que aparece no espaço de uma formação discursiva e cujas condições de possibilidade devem ser descritas” (Foucault, 2008, p. 43). Compreendo o enunciado não como uma simples formulação de fala, mas como uma função que se inscreve em redes de saber, articulado a instituições, normas e dispositivos que operam na produção de verdades e subjetividades. Nesse sentido, “as relações de poder são imanentes aos discursos; elas não estão fora dele” (Foucault, 2013, p. 92).

O discurso, nesse contexto, é “o que se pode dizer, o que se pode ver e o que se pode fazer” (Foucault, 2008, p. 54). No caso das mulheres negras, essas práticas se expressam por meio de imagens reiteradas que controlam sua representação social e delimitam os espaços que “podem” ocupar. É nesse ponto que mobilizo a noção de imagens de controle, desenvolvida por Collins (2019), fundamental para esta discussão. Segundo a autora, “as imagens de controle funcionam como representações recorrentes que naturalizam a subordinação das mulheres negras” (Collins, 2019, p. 94). Essas imagens, ainda segundo Collins, têm a função de “justificar a opressão como algo natural, inevitável e merecido” (Collins, 2019, p. 95).

Ao tensionar a concepção tradicional de sujeito como autônomo e racional, a contribuição foucaultiana permite analisar como as mulheres negras são posicionadas e reposicionadas nos discursos que estruturam a escola enquanto instituição. Já Collins (2019) oferece elementos cruciais para identificar os modos como tais discursos racializados se cristalizam em representações que operam como dispositivos de controle. A articulação entre essas duas autorias orienta a análise dos enunciados das colaboradoras, ao permitir evidenciar tanto a produção dessas imagens quanto os movimentos de resistência que buscam desestabilizar sua eficácia.

Compreendendo a metodologia

O *corpus* foi constituído a partir de entrevistas semiestruturadas presenciais realizadas em fevereiro de 2024 com mulheres negras docentes residentes em Dourados/MS, com duração média de 20 a 30 minutos e em locais escolhidos por elas, respeitando seu tempo, disponibilidade e condições de fala. A opção por esse material visa apreender enunciados produzidos no âmbito vivencial do trabalho docente, entendido como território de disputa

simbólica no qual se estabilizam e se confrontam modos de nomear, representar e legitimar presenças.

Nesse horizonte, as entrevistas são tomadas como materialidades discursivas atravessadas por relações de poder e processos de racialização, permitindo observar como se regulam visibilidades, se delimitam posições de autoridade e se atualizam mecanismos de desautorização. Em articulação com a noção de imagens de controle (Collins, 2019), busco explicitar como representações reiteradas sobre a mulher negra na docência se consolidam como evidências, orientam expectativas normativas e produzem efeitos de verdade no interior das instituições educacionais.

As entrevistas foram registradas em áudio, mediante autorização⁵, e acompanhadas por anotações de campo voltadas à descrição de aspectos situacionais do encontro, como condições de realização, impressões de contexto e pontos de inflexão do diálogo. Posteriormente, o material foi transcrito de modo fiel às falas, preservando marcas relevantes do dizer para fins analíticos, de modo a manter a densidade enunciativa das formulações, suas ênfases e encadeamentos. As transcrições foram revisadas em cotejo com os áudios, visando reduzir perdas, assegurar consistência e manter a integridade do material.

O tratamento analítico foi orientado pela identificação de regularidades enunciativas, recorrências de sentido e modos de dizer que configuram regimes de verdade sobre a presença da mulher negra na docência. O recorte dos enunciados privilegiou passagens em que se explicitam disputas em torno da autoridade pedagógica, isto é, trechos em que emergem tentativas de interdição, suspeição, contestação ou limitação da legitimidade docente, bem como movimentos de deslocamento e reapropriação dessa posição. Nesse percurso, os eixos autoridade, desautorização, imagens de controle e resistência operaram como operadores de leitura para descrever como determinados sentidos se estabilizam, circulam e se reiteram, e como são tensionados pelas colaboradoras no interior de práticas discursivas situadas.

Compreendo as entrevistas não como relatos confessionais, mas como materialidades discursivas atravessadas por relações de poder e por processos de subjetivação racializados. Desse modo, a análise não se restringe ao conteúdo temático dos relatos, mas considera a forma de sua enunciação, os modos de nomeação, as categorias acionadas, as justificativas produzidas e os efeitos de evidência que se constituem no dizer. A articulação com a noção de imagens de

⁵ A pesquisa foi conduzida em consonância com os princípios éticos aplicáveis a estudos com seres humanos, mediante aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa e obtenção de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assegurando o direito à confidencialidade e à desistência a qualquer momento (CAAE: 77428824.5.0000.5160).

controle permite descrever como representações recorrentes sobre mulheres negras se atualizam no espaço educacional, ao delimitar possibilidades de reconhecimento e instituir expectativas normativas sobre comportamento, competência e pertencimento.

Para assegurar sigilo e proteção às colaboradoras, suprimo nomes, vínculos institucionais, cargos, locais específicos e quaisquer marcas biográficas identificáveis, adotando designações genéricas ao longo do texto. O uso de excertos e a apresentação do material foram conduzidos de modo a preservar a confidencialidade, evitando combinações de informações que permitam reconhecimento indireto.

Imagens de controle e estigmas raciais

A luta contra o racismo emerge aqui de diferentes pontos, como se cada enunciado de resistência fosse um passo que desafia e denuncia a maquinaria social que insiste em disciplinar, classificar e controlar corpos negros. A pesquisa, contudo, abre espaço para que as vozes dessas mulheres negras se façam ouvir, pois é na escuta atenta que se delineiam os sentidos que atravessam suas trajetórias e se tornam visíveis as tramas que sustentam a desigualdade.

O racismo não se limita à repressão, porque molda identidades, naturaliza hierarquias e mobiliza estratégias silenciosas que regulam presenças, legitimidades e acessos. Nesse movimento, operam mecanismos de interdição e de normalização que definem o que pode circular como legítimo, quem pode ocupar posições de autoridade e quais formas de existência são reconhecidas como aceitáveis no interior das instituições. Assim, o racismo se sustenta e se perpetua em uma teia de relações de poder fluida e continuamente reconfigurada, mantendo uma hierarquia que marginaliza o corpo negro.

A partir deste ponto, exploro as confluências dialógicas que se entrecruzam nas trajetórias das colaboradoras. Os excertos mobilizados ao longo do texto são apresentados de modo a evitar elementos identificadores, mantendo a centralidade dos enunciados no percurso interpretativo.

As perguntas que orientaram as entrevistas foram formuladas para abrir espaço às experiências das colaboradoras e favorecer a emergência de enunciados sobre processos de racialização, silenciamento e resistência: 1) Quando você se percebeu como uma pessoa negra? Comente; 2) Você já se sentiu silenciada em algum momento da vida? Se sim, o que a motivou a romper o silêncio? Gostaria de relatar o ocorrido? 3) Você já presenciou algum caso de

racismo? Se sim, qual foi sua reação ou atitude diante da situação? 4) Há algum aspecto da sua vivência que não foi abordado e que você gostaria de compartilhar nesta pesquisa?

Quando pessoas negras reivindicam cargos de liderança, acessam instituições de ensino superior ou protagonizam discursos culturais e artísticos, estão reocupando territórios historicamente negados pela diáspora, pela violência da escravidão, pela segregação racial e pelo racismo sistêmico. Essa disputa por espaço e reconhecimento dialoga com o pensamento de Souza (1983), para quem tornar-se negro não se reduz a uma identificação imediata, mas constitui um processo político e subjetivo de afirmação que confronta imposições históricas e marginalizações sustentadas por relações de poder. Trata-se de transformar a experiência de exclusão em força de resistência, ao reafirmar a identidade negra como direito e como gesto de emancipação que tensiona o apagamento histórico.

Durante as entrevistas, busquei compreender processos de conscientização racial e estratégias de enfrentamento acionadas diante de situações de racismo vividas ao longo das trajetórias. A pergunta “Quando você se percebeu negra?” levou a C1 a rememorar um marco de inflexão, a partir do incentivo de uma professora negra para que interrogasse o lugar social que lhe era destinado, associado ao trabalho doméstico. Esse acontecimento foi narrado como disparador de uma tomada de consciência sobre a distribuição desigual de oportunidades e sobre os papéis historicamente atribuídos às mulheres negras, desencadeando um movimento de reposicionamento diante de expectativas naturalizadas.

A C2 trouxe à tona um episódio recorrente no cotidiano escolar que evidencia o funcionamento do racismo institucional na disputa pela autoridade: em atendimentos a pais e responsáveis, sua posição de gestora era frequentemente desconsiderada, enquanto a vice-gestão, ocupada por uma mulher branca, era interpelada como se fosse a autoridade “natural” do espaço. O relato explicita como a legitimidade da liderança, quando encarnada por uma mulher negra, é submetida a suspeição e deslocamento, produzindo formas sutis de interdição e de desautorização. Diante dessas situações, a colaboradora descreveu uma estratégia de enfrentamento pautada na insistência cotidiana, na reafirmação de sua função e na condução pedagógica do conflito, convertendo episódios de apagamento em ocasião de problematização e de reposicionamento institucional.

A partir dessa contextualização, reocupar significa retomar o que foi negado no plano material e simbólico. Ocupar cargos de liderança, lugares nas universidades e espaços artísticos e políticos constitui gesto de afirmação identitária e forma de confrontar o apagamento histórico, pois implica reconhecer que tais espaços não foram construídos apenas para corpos

brancos e que a presença negra neles é direito, não concessão. É com esse horizonte que dou início às análises:

Colaboradora 1:

“A minha professora de pós-graduação da época me perguntou: ‘Quantas pessoas negras tem lá?’. Aí eu falei: ‘Nenhuma’. E aí ela questiona novamente: ‘Qual é o menor cargo desse escritório?’. Eu falei: ‘Acho que é o da secretária, a menina que fica lá na frente, eu acho que é o menor cargo dentro daquela empresa’. E aí ela falou assim: ‘É a escolaridade dela?’. Aí eu fui investigar. A menina que trabalhava lá na frente tinha ensino médio só, nem tinha terminado o terceiro ano, ela estava no ensino médio, mas ela era secretária. E eu, com especialização, eu limpava o chão.”

“Eu fui direcionada para os serviços gerais por duas pessoas da universidade. Eu cheguei e disse: ‘Olha, eu vim entregar a minha documentação, estou sendo contratada’. E me direcionaram para o setor de serviços gerais. Só que o contrato era para professora universitária.”

Colaboradora 2:

“Minha mesa é bem de frente da porta e a da vice do lado. A pessoa passava por mim e sentava em frente da vice e falava: ‘Então, diretora, não sei o que lá, não sei o que lá’. Aí a vice falava: ‘Não, mas a diretora é a C2’. Aí a pessoa tinha que voltar pra falar comigo. Então, isso é uma forma de mostrar que, na sociedade, ainda se vê como chefe pessoas brancas, né?”

Ao tratar as confluências enunciativas no ambiente de trabalho, novamente, o racismo se manifesta como um dispositivo de poder que estrutura as relações sociais e políticas, ao moldar os corpos e definir os lugares que cada corpo ocupa. Os enunciados das colaboradoras destacam como a racialização das relações de trabalho não é apenas uma questão de discriminação, mas parte de uma lógica sistemática que organiza e hierarquiza os sujeitos com base em sua raça.

A C1 apresenta um exemplo de como as posições sociais e profissionais são controladas e delimitadas. Ao relatar que, apesar de sua especialização, foi designada para limpar o chão, enquanto uma funcionária branca, com menor qualificação, ocupava o cargo de secretária, evidencia-se a operação do poder racista que atravessa as instituições. Nesse contexto, não é a competência ou a formação que define a posição ocupada, mas a cor da pele, que atua como marcador de subalternidade.

Assim, a racialização dos corpos opera para naturalizar a ideia de que pessoas negras estariam destinadas ao trabalho manual, ao passo que pessoas brancas são associadas à administração e à gestão, tendo seu acesso a cargos de prestígio socialmente legitimado. Isso exemplifica como o racismo funciona como uma tecnologia de poder que distribui funções e delimita quem pode ocupar determinados espaços. Mesmo quando há ascensão social, corpos negros seguem submetidos a mecanismos racistas de vigilância, desqualificação e contenção.

A presença de uma pessoa negra em uma posição de prestígio intelectual ou de autoridade quebra a lógica do poder que organiza e disciplina os corpos dentro de uma hierarquia racial pré-estabelecida, intencionalmente. A tentativa de restringir a C1 a uma função subalterna, mesmo quando sua qualificação indicava outra direção, é a estratégia de manutenção na hierarquia racial imposta, que está presente no ambiente institucional, nas microrrelações.

O enunciado da C2 denuncia um exercício similar de racialização do poder, em que a autoridade é associada à branquitude. O fato de determinados indivíduos ignorarem a posição de diretora e se dirigirem à vice-diretora, uma pessoa branca, antes de serem corrigidos, é mais uma prova de que o poder, no imaginário coletivo, é visto como pertencente ao corpo branco. No momento de inversão desse raciocínio, ao revelar quem a diretora é, de fato, uma mulher preta, força-se um reposicionamento da pessoa, mas esse movimento involuntário demonstra como o racismo estrutura as expectativas sobre quem pode ou não exercer o poder e ocupar posições de comando.

Foucault (2007, p. 58) argumenta que “as posições do sujeito se definem igualmente pela situação que lhe é possível ocupar em relação a diversos domínios ou grupos de objetos”. Isto é, a posição que o sujeito pode ocupar depende das regras e limitações que governam, das percepções e das expectativas sobre o que ele pode ou não fazer. No caso da diretora, a sua posição de autoridade é contestada pelas expectativas raciais que ainda moldam as noções de poder, o que faz com que a sua presença ali não seja imediatamente reconhecida como legítima.

O desconforto gerado quando uma pessoa é corrigida e informada de que a diretora é, de fato, uma mulher preta expõe uma estrutura racializada do poder. Isso revela que, mesmo em um cargo formalmente conquistado, o sujeito negro precisa constantemente reafirmar sua posição diante de um imaginário social que lhe nega essa legitimidade. As posições de poder, portanto, estão inseridas em uma luta constante pela legitimação, na qual o corpo negro é simbolicamente excluído.

As regras e limitações que governam os espaços sociais determinam quais posições os sujeitos podem ocupar, um mecanismo que Foucault define como domínio associado. Nesse sentido, os exemplos apresentados demonstram que, para além das competências individuais, é a cor da pele que legitima ou nega a ocupação de determinadas funções, ao definir um domínio de atuação para corpos brancos e submetendo os corpos negros à subalternidade.

A forma como a autoridade da diretora negra é contestada e deslegitimada ilustra esse mecanismo, em que a imagem do poder, associada historicamente ao corpo branco, impõe um controle simbólico que restringe a ascensão e o reconhecimento dos sujeitos negros. Essa vigilância simbólica, que se manifesta no ambiente de trabalho, não apenas reforça estereótipos,

mas também atua como um dispositivo que mantém a dominação racial ao garantir que a autoridade permaneça nas mãos dos grupos historicamente privilegiados.

As imagens de controle e os estigmas raciais se inserem em um campo de poder que regula, classifica e molda subjetividades, gerando normas sociais que aprisionam corpos racializados, nessa chave, “o sujeito é um objeto historicamente constituído sobre a base de determinações que lhe são exteriores” e tal constituição se dá segundo modalidades historicamente situadas de saber/poder, de modo que “se trata de compreender como o sujeito pôde, numa certa época, tornar-se um objeto de conhecimento e, inversamente, como esse estatuto de objeto de conhecimento teve efeitos sobre as teorias do sujeito como ser vivo, falante e trabalhador” (Revel, 2005, p. 84). Sob essa perspectiva, a identidade não é algo inerente, mas o resultado de uma série de discursos e práticas sociais que, no caso das mulheres negras, são profundamente marcadas pelo racismo e pelo sexismo.

Ao ser questionada se já havia se sentido silenciada, a C1 explicou que acredita que o silenciamento é uma realidade inegável, afirmando: “não tem como a gente negar, o silenciamento existe”. Ela compartilhou um episódio específico em que, durante o processo de contratação como professora de ensino superior em uma instituição pública, foi equivocadamente direcionada para os serviços gerais. O tratamento, que sugeria um estereótipo racial, fez com que ela se sentisse silenciada naquele espaço, embora o rompimento desse silenciamento tenha sido possível por meio da reafirmação de seu lugar enquanto professora qualificada para o cargo.

A C2, por sua vez, abordou o tema do silenciamento ao relatar que, enquanto diretora de escola, frequentemente via mães negras classificando seus filhos como pardos no formulário escolar, numa tentativa de minimizar o racismo. Ao responder à pergunta “Quando você se percebeu negra?”, a colaboradora destacou que sempre se entendeu como mulher preta, desde a infância, mas, ao longo de sua carreira como professora, percebeu que nem todas as pessoas negras se reconheciam nessa construção política. Esse processo de negação racial entre as mães que matriculavam seus filhos reflete uma estratégia de sobrevivência em um contexto racista, enquanto a C2, com sua perspectiva crítica, buscava trazer à tona a importância da autodeclaração racial. A seguir, os enunciados desta discussão:

Colaboradora 1:

“Eu não tenho cara de professora. É porque já existe o imaginário do que é ser uma professora universitária.”

Colaboradora 2:

“Porque quando coloca que é pardo, minimiza o racismo.”

No enunciado da C1, a imagem de controle de “não ter cara de professora” reflete um imaginário social que associa a posição de intelectualidade e autoridade ao corpo branco. Conforme Goffman (1988, p. 12), a sociedade cria mecanismos para classificar as pessoas e atribui a elas “um conjunto de características vistas como comuns e naturais para os membros de cada categoria”. O autor afirma que o indivíduo estigmatizado possui duas formas de identidade: a real e a virtual.

A identidade real corresponde às características e categorias que a pessoa de fato demonstra ter, enquanto a identidade virtual se refere às qualidades e categorias que os outros atribuem à pessoa. Dessa forma, uma característica pode se tornar um estigma quando há divergência entre a identidade social real e a identidade social virtual. A falta de identificação com o ideal de professora, tipicamente associada a características da branquitude, as quais podem remeter à figura invertida da mammy ou a outros estereótipos que limitam a projeção de autoridade, atua para manter a exclusão e a invisibilidade desses sujeitos em contextos de prestígio.

A figura da mammy possibilitou aos senhores e senhoras de escravizados dominarem a narrativa do sistema escravista, moldando-a por meio de um discurso paternalista que retratava as relações entre escravizadores e escravizados como baseadas em afeto e cuidado. Segundo Bueno:

A mammy é a trabalhadora doméstica, escravizada ou liberta, obediente e fiel à família branca à qual serve com amor e zelo. Frequentemente é retratada enquanto uma mulher negra gorda, de pele retinta, que não tem um companheiro e nem ao menos uma sexualidade. A mammy é solitária, não tem uma história própria, o que facilita uma série de narrativas mitificadas criadas pelos grupos dominantes. A mammy, sem família, sem parceiro sexual, sem afeto, tem tempo suficiente para cuidar da casa e das crianças dos brancos, em troca do afeto limitado dessas crianças. O objetivo por trás dessa imagem de controle é manter as mulheres negras submissas ao trabalho doméstico e ensinar seus filhos a apresentarem o mesmo comportamento, o que também é articulado a partir de imagens de controle destinadas às crianças negras. Ou seja, o processo educativo interno das famílias negras, geralmente centralizado pela relação mãe-filhos, também é vigiado a partir das imagens de controle (Bueno, 2020, p. 87-88).

A figura da “mammy” sustenta a ideia de fixação das mulheres negras no trabalho doméstico, naturalizando essa função com base na cor daquelas que a desempenham. Além disso, essa imagem estabelece um critério normativo para avaliar o comportamento das mulheres negras. Ela alimenta um mito no qual a mulher negra cuida e dedica amor à família branca, principalmente às crianças, responsabilidade que ela exerce de maneira mais responsável e afetuosa do que em relação à sua própria família. Tal representação cristaliza um

tipo de relação idealizada entre as mulheres negras, grupo subordinado, e as elites brancas, grupo dominante. A figura da “mammy”, assim como outras imagens de controle, está diretamente associada às ideologias dominantes do período da escravização (Bueno, 2020, p. 89).

O racismo e o sexismo não apenas impõem limitações, mas também constroem as formas como essas mulheres são vistas, tratadas e inseridas nas dinâmicas sociais, sempre a partir de um lugar de opressão e subalternidade. As imagens de controle funcionam para regular a autoimagem e limitar a participação das mulheres negras em espaços historicamente reservados aos corpos brancos.

A consciência racial como processo de subjetivação

A consciência racial, neste estudo, é compreendida como um processo de subjetivação pelo qual sujeitos negros passam a reconhecer, interpretar e nomear as operações do racismo que, historicamente, organizam lugares sociais, distribuem posições e delimitam possibilidades. Trata-se de uma tomada de consciência que não emerge de forma espontânea nem meramente individual, mas se constitui no embate com mecanismos de poder que naturalizam a subordinação de corpos negros, buscando mantê-los dentro de limites previamente estabelecidos pela lógica colonial.

Nessa direção, os enunciados a seguir, produzidos em resposta à pergunta “Quando você se percebeu negra?”, evidenciam como o racismo atua tanto pela imposição material de lugares quanto pela internalização subjetiva da desqualificação.

Colaboradora 1:

“Foi nesse momento, no curso de especialização, que eu me percebi enquanto negra. Porque precisou uma pessoa negra vir dizer para mim que o lugar que eu ocupava, nessa cidade, até então, enquanto mulher negra, era por conta da minha cor. Porque eu não via isso, eu não percebia isso de jeito nenhum. Eu achava que era uma incompetência minha.”

“Eu sou uma senhora de 50 anos, então eu tenho uma outra vida, e tudo isso interfere no que eu estou te dizendo agora. Até 2009, eu era uma empregada doméstica, uma mente totalmente fechada, totalmente colonizada, escravizada, que o meu lugar era aquele ali mesmo, que eu era incompetente, que não sei o quê, que eu não exercia outros cargos, porque eu não tinha competência. Mas, em nenhum momento, a academia tirou isso de mim.”

Colaboradora 2:

“Eu achava que a partir da hora que eu me identifico como corpo negro o racismo vem pra cima de mim com uma carga maior.”

A consciência racial, enquanto processo de subjetivação, envolve uma luta contínua contra as estruturas de poder que naturalizam a subordinação de corpos negros. Sob essa perspectiva, a consciência racial não surge de forma espontânea, mas é moldada por mecanismos de controle que, ao longo do tempo, tentam manter os sujeitos racializados dentro de limites previamente estabelecidos pela lógica colonial e racista. O poder, então, opera para ocultar as relações de dominação que determinam lugares sociais, como evidenciado nos relatos das colaboradoras, que revelam o tamanho do impacto do racismo na construção de suas subjetividades.

A C1, ao relatar que precisou que outra pessoa negra mostrasse a ela a relação entre sua cor e o lugar que ocupava, evidencia a sutileza com que o poder racista atua, ao normalizar a opressão a tal ponto que o sujeito a internaliza como incapacidade pessoal. Essa naturalização da subordinação, vivida como incompetência, reflete a eficácia de um sistema de poder que se mantém invisível, ao operar não apenas na exclusão física, mas no controle psicológico, o que pode ser associado à imagem da “mammy”, que reforça a serviçalidade e a subalternização de mulheres negras, dificultando sua aceitação em espaços de poder intelectual.

Nesse sentido, a objetificação das mulheres negras em funções subalternas é um mecanismo central de dominação. Como afirma Collins (2019, p. 138), “fazer as mulheres negras trabalharem como se fossem animais ou ‘mulas do mundo’ é uma forma de objetificação. Os rituais de deferência, por exemplo, chamar as trabalhadoras domésticas negras de meninas, permitem que os empregadores as tratem como crianças, como seres humanos menos capazes”. Esse processo reforça a desumanização das mulheres negras e limita seu acesso a espaços de prestígio e autonomia, perpetuando a lógica da servidão e da marginalização.

Seu relato revela um processo de autopercepção e desconstrução de uma identidade subalterna, muitas vezes imposta pela sociedade, e exemplifica como a internalização de estereótipos sociais pode moldar a vivência de uma mulher negra. A sensação de “incompetência” que ela menciona é um reflexo das ideologias dominantes que historicamente associaram o corpo negro ao trabalho subalterno e ao espaço de subordinação. O fato de ter se reconhecido como “incompetente” resulta da perpetuação de uma narrativa histórica que tenta apagar as qualidades e competências reais das mulheres negras, ao limitar suas oportunidades.

A afirmação de que a “academia não tirou isso dela” evidencia o caráter ambíguo da educação: ela pode reproduzir imagens de controle ou favorecer resistência e revalorização da identidade negra. No caso da C1, porém, a vivência acadêmica não operou como uma ruptura suficiente para reconfigurar as marcas de desqualificação que, por muito tempo, fizeram com que ela interpretasse sua trajetória como “incompetência”.

Já a C2 relata o medo de que sua autodeclaração como “preta” intensificasse o racismo vivido. Esse receio evidencia o caráter repressivo do poder, que não apenas discrimina, mas também intimida e controla a autoafirmação racial. Tornar-se consciente da negritude, nesse caso, é enxergar com mais nitidez as adversidades impostas pelo racismo, mas também experimentar um aumento da vulnerabilidade frente à violência racial, que tenta constantemente empurrar o sujeito de volta à invisibilidade e ao silenciamento.

Da encruzilhada ao racismo estrutural

Ao retomar o conceito de racismo estrutural, o poder não se manifesta apenas em ações explícitas de discriminação, mas está inscrito nas estruturas que naturalizam e perpetuam a desigualdade racial. O controle, portanto, não se limita ao corpo, mas à produção de subjetividades que reproduzem esses sistemas de dominação.

Abaixo, cito os enunciados das Colaboradoras, instigadas pela pergunta: Você já presenciou algum caso de racismo? Se sim, qual foi sua atitude/reação diante da situação?

Colaboradora 1:

“Somos povos marginalizados.”

“O lugar da indígena⁶ não é aquele para trabalhar nas grandes lojas da cidade. É para trabalhar como faxineira, como empregada doméstica, e ainda, muitas vezes, trabalha nem por um salário. Então, isso eu vivi de muito perto.”

O enunciado da C1 dialoga com outros corpos racializados, como os povos originários, que, assim como as pessoas negras, são relegados a funções subalternas, muitas vezes sem usufruir do direito básico a um salário justo. A segregação enunciada demonstra como o racismo estrutural atua ao impor limites invisíveis, ao ditar quais corpos serão destinados a funções de servidão. O poder do racismo, nesse sentido, define e cristaliza essas posições. O sujeito, então, se vê capturado por um sistema que regula sua trajetória de acordo com a sua origem étnica.

A partir da perspectiva foucaultiana (2012), é possível pensar o racismo estrutural como um dispositivo contínuo de poder, que não apenas exclui, mas opera de maneira insidiosa, ao

⁶ Por razões de delimitação, este trabalho foca nas pautas que envolvem especificamente as mulheres negras. Os enunciados das colaboradora que citam as condições de mulheres indígenas serão mencionados com o objetivo de dialogar com a relevância do tema, ao garantir que sua importância não seja diminuída, embora a análise principal se concentre na experiência das mulheres negras.

normalizar a discriminação e a violência, enquanto naturaliza a subordinação. Esse mesmo poder sistêmico age ao mesmo tempo sobre o corpo e a mente, ao tentar aprisionar os sujeitos em posições de vulnerabilidade, reafirmando constantemente sua posição de inferioridade em todos os âmbitos da vida.

A palavra encruzilhada mencionada no subtítulo deste tópico simboliza o ponto de intersecção em que as opressões se encontram nestes enunciados: raça, classe, gênero e religião, e é também onde a resistência se organiza (Davis, 2016). A encruzilhada pode ser encontro ou desencontro; o espaço do Legislativo deveria ser um caminho de transformação, em que o poder formal pudesse ser usado para dismantelar essas estruturas opressoras, e não para desencontrar os corpos negros. No entanto, o racismo estrutural atua de maneira a limitar a eficácia dessa transformação, seja por meio da exclusão direta, que impede que corpos racializados cheguem a esses espaços, seja por meio da deslegitimação daqueles que os alcançam, como se observa nos enunciados analisados.

O racismo estrutural, portanto, determina quem pode acessar os espaços de prestígio social, enquanto mantém a mesma hierarquia que bloqueia qualquer desafio à sua hegemonia, desde a colonização. Ao marginalizar determinados corpos, assegura que esses indivíduos permaneçam à margem, tanto em termos geográficos quanto simbólicos.

A luta antirracista é um processo contínuo de reivindicação, resistência e enfrentamento das estruturas de poder que historicamente invisibilizam e marginalizam os corpos negros. Partindo da afirmação de que o corpo negro não se separa do sujeito, compreende-se que a luta por emancipação não é apenas individual, mas coletiva, pois se insere em um contexto de produção de saberes e vivências compartilhadas (Gomes, 2019, p. 83). Esse reconhecimento coletivo não anula a subjetividade do indivíduo negro, mas reforça que a identidade se constrói em relação ao outro e ao mundo que o cerca.

No Brasil, o corpo negro vivencia uma tensão constante entre a necessidade de se adaptar a normas racistas, a insurgência contra essas imposições e a superação dessas barreiras por meio da luta política e social. Segundo Gomes:

O racismo constitui-se um sistema de dominação e opressão estrutural pautado numa racionalidade que hierarquiza grupos e povos baseada na crença da superioridade e inferioridade racial. No Brasil, ele opera com a ideologia de raça biológica, travestida no mito da democracia racial (harmonia racial) que se nutre, entre outras coisas, do potencial da miscigenação brasileira. A ideologia da raça biológica encontra nos sinais diacríticos “cor da pele”, “tipo de cabelo”, “formato do nariz”, “formato do corpo” o seu argumento central para inferiorizar os negros, transformando os (sobretudo a cor da pele) nos principais ícones classificatórios dos negros e brancos no Brasil. Os indígenas também possuem uma história e sobre eles incidem leituras

corpóreas de forma estereotipada; porém, a possibilidade de serem nomeados pelas diferentes etnias e a sua história específica desde a colonização até a atual relação com o Estado merecem análises mais específicas e, em vários aspectos, se diferencia das relações raciais entre negros e brancos (2019, p. 86-87).

A luta antirracista não é apenas uma reivindicação por espaço, mas um movimento contínuo que combate a invisibilidade imposta por estruturas de poder excludentes. As estratégias para essa superação incluem a exposição da questão racial, a reivindicação de direitos e a inserção ativa da população negra em diversas esferas, como mídia, política, arte e espaços de decisão. Esses movimentos não ocorrem isoladamente, mas como parte de uma construção coletiva que desafia a lógica excludente e violenta que permeia o imaginário social sobre a negritude.

Essa luta é evidenciada nos relatos das Colaboradoras:

Colaboradora 1:

“Eu não estou dizendo que são iguais, mas não são tão distintas. Quando eu entro nos lugares, eu sou seguida, eu percebo isso com a população indígena. Quando eu chego em determinado lugar e eu sou olhada diferente, e aquele olhar me diz que aquele lugar não é para mim, eu vejo que os indígenas passam por isso. Então, de certa forma, quando eu atuo com a comunidade indígena, eu, de certa forma, também me vejo ali. No combate antirracista.”

Colaboradora 2:

“A gente tem que trabalhar essa questão de ocupar os espaços, porque quando você ocupa os espaços, você mostra para as demais pessoas negras que nós podemos, né? Nós podemos, mas a gente pode mesmo! É lutando e trabalhando com seriedade”

A partir do seu enunciado, a C1 relata se ver conectada à população indígena em sua vivência de discriminação. O ato de perceber o outro, o sujeito indígena, como reflexo de sua própria luta contra o racismo é um reconhecimento de que as opressões raciais operam de forma interligada. O racismo, aqui, age não apenas como uma barreira física ou social.

O olhar de desconfiança e exclusão que ela menciona não é apenas um olhar dirigido a ela como indivíduo, mas ao corpo negro como uma categoria que deve ser controlada e disciplinada. Ao afirmar sua solidariedade com a comunidade indígena, ela revela que a resistência ao racismo é também uma forma de insurgência contra a fragmentação das lutas, ao unir diferentes grupos racializados.

Já a C2 aponta para a necessidade de ocupar espaços. O simples ato de ocupar um lugar de prestígio e visibilidade é, por si só, uma ação política que desafia as normas de exclusão racial. No entanto, essa ocupação não é apenas simbólica, ela representa uma ruptura no discurso de que os corpos negros estão destinados a uma existência subalterna.

Ainda sobre o mesmo enunciado da C2, quando ela diz “nós podemos, mas a gente pode mesmo”, há uma reafirmação do poder de ação, da capacidade de quebrar barreiras impostas pela sociedade racista. O poder, portanto, não é algo que deve ser exercido apenas sobre os corpos racializados, é algo que também pode ser reivindicado, (re)apropriado e exercido por esses mesmos corpos, quando eles tomam os espaços que lhes foram negados.

Esse processo de (re)ocupação e afirmação tensiona as microrrelações de poder, indicando que a resistência não é apenas resposta à opressão, mas estratégia de transformação. Diante do exposto, o poder, sob essa perspectiva, não apenas reprime, mas também é objeto de resistência e reconfiguração.

Pesadelo nosso de cada dia: racismo no cotidiano e o micropoder

O racismo no cotidiano e as microagressões são expressões “sutis”, mas violentas. A partir de uma análise foucaultiana, podemos observar como essas microagressões são manifestações de um poder que se exerce nas relações do dia a dia, sendo naturalizado ao ponto de se tornar quase invisível, exceto para aqueles que o sentem e sofrem diretamente. A seguir, apresento um enunciado:

Colaboradora 1:

“Em um contexto de reunião pedagógica do ensino superior, a coordenadora diz assim: ‘Pessoal, vamos agilizar isso aqui, porque hoje tem a colação de grau e eu preciso dar um jeito nesse meu cabelo PIXAIM’. E aí só tinha eu de preta na reunião. E aí eu falei: ‘Poxa vida, né?’. Então, assim, depois diz: ‘Aaah, eu não tive a intenção’.”

Quando a C1 relata ouvir comentários depreciativos sobre cabelo crespo, com o uso da palavra “pixaim” por uma mulher branca de cabelo liso, evidencia-se a imposição de estereótipos sobre o cabelo do sujeito negro. Trata-se da tentativa de reforçar uma inferioridade simbólica associada à negritude, como se o próprio corpo, com suas características físicas e fenotípicas, precisasse ser regulado ou corrigido para se adequar a um ideal normativo da branquitude. Essas microagressões, ainda que “disfarçadas” de piadas ou comentários infelizes, configuram, na verdade, racismo recreativo.

O racismo recreativo integra um projeto de dominação que se manifesta por meio da circulação de imagens e representações depreciativas sobre minorias raciais, encobertas pelo humor. Esse conceito refere-se a uma forma específica de opressão racial que, ao ridicularizar determinados grupos, compromete tanto seu status cultural quanto material. Trata-se de uma

manifestação contemporânea da marginalização racial nas democracias liberais, exemplificando o que se denomina “racismo sem racistas”. Nesse contexto, quem reproduz práticas racistas costuma negar responsabilidade, recusando-se a reconhecer que suas ações e omissões reforçam as desigualdades raciais existentes na sociedade brasileira (Moreira, 2019, p. 16).

Essas microagressões cotidianas são mecanismos pelos quais o racismo se reproduz nos níveis micro e macro. A partir de Foucault (2012), é possível perceber que o poder não é apenas algo exercido de cima para baixo, por meio de leis ou normas explícitas, mas também no cotidiano, nas interações diárias, nas pequenas humilhações e no controle sutil e persistente dos corpos racializados.

A seguir, apresento as análises que emergem dos enunciados da C1 e da C2, em que a luta pelo reconhecimento e pela integridade revela as camadas de um poder que ultrapassa a simples exclusão, abrangendo também o controle e a disciplina de todas aquelas que resistem, diariamente, a essa opressão.

Colaboradora 1:

“Eu me achava a faxineira mais perfeita do mundo.”

Colaboradora 2:

“Mas, não posso dizer que eu nunca sofri situações de racismo, principalmente, no meu cargo enquanto diretora, assim, por várias vezes, mas sempre procurei resolver de forma diplomática e conseguir um resultado satisfatório.”

Os enunciados acima exemplificam, mais uma vez, a estrutura de poder racial que transcende a repressão direta e atinge a subjetividade de mulheres negras, organizando suas experiências e definindo seus limites sociais e profissionais. O enunciado da C1, em que ela se declara “a faxineira mais perfeita do mundo”, ilustra como o racismo pode naturalizar a subordinação e internalizar uma visão de si mesma limitada ao trabalho subalterno.

Isso não é apenas reflexo de uma estrutura opressiva, mas também a manifestação de um poder que conforma expectativas e a aceitação de posições hierárquicas pré-definidas, associando-a à imagem da mammy. Essa figura histórica de mulher negra assexuada, sem beleza ou atratividade, foi muitas vezes relegada à função de cuidadora ou servente, tendo seu valor apenas na manutenção da ordem familiar das classes dominantes, sem direito a ambições ou realizações além do seu papel submisso.

A C2, enquanto diretora escolar, demonstra que, mesmo ao ocupar uma posição de maior visibilidade, enfrenta barreiras invisíveis impostas pelo racismo, que minaram sua

autoridade e desvalorizaram suas conquistas naquele momento da vida. Ao optar pela diplomacia, ela revela a necessidade de reivindicar sua presença em espaços de poder, onde sua legitimidade foi questionada de maneira recorrente.

Esse comportamento, embora em um contexto de resistência e busca por resultados satisfatórios, também se articula à expectativa social de que mulheres negras devam se comportar de forma calma e conciliadora, um reflexo da mammy, figura que não se rebela, mas busca adaptar-se aos moldes impostos pela ordem hegemônica.

A partir de Foucault (2012), o poder se revela não apenas na repressão direta, mas também nas microdinâmicas que organizam e disciplinam corpos racializados, evidenciando que o racismo não atua somente na morte física, mas também na morte dos saberes, das trajetórias e da dignidade. A exclusão histórica de pessoas negras dos espaços de poder e influência é mais uma manifestação de biopoder, em que o racismo estrutural legitima a morte social e física.

Os corpos afro-diaspóricos carregam, em sua história, o peso do racismo, uma herança que não é nossa. Em 2025, ainda se perpetua o apagamento das vozes negras, ancestrais, culturais, políticas e sociais. O combate ao racismo é uma luta constante e deve estar presente todos os dias do ano, não apenas em novembro. A negligência e a omissão diante dessas questões fazem com que o açoite do racismo permaneça, mantendo populações negras à margem. A pergunta que ecoa é: até quando vai perdurar, em praças públicas, o ceifar desses corpos negros?

Conforme Abdias do Nascimento (1978), as mortes das populações negras não ocorrem por acaso, mas refletem um plano deliberado que mantém essas vidas na tênue fronteira entre a existência e o extermínio. Contudo, nós representamos a r(e)xistência: corpos políticos em movimento, encarnando a força de nossos ancestrais e desafiando um histórico de opressão.

Considerações finais

Com base no material analisado, sustento que transcender os limites impostos pelo racismo se dá na interseção entre a memória de violências históricas e a abertura de horizontes antirracistas no presente. Ao acompanhar trajetórias de mulheres negras em espaços socialmente legitimados como de poder, o que se evidencia não é apenas o embate com instituições, mas a produção cotidiana de modos de existir, negociar e permanecer, por meio de estratégias que articulam sobrevivência, elaboração de si e reposicionamento discursivo.

Os enunciados examinados mostram que as imagens de controle operam como matrizes reguladoras da experiência: atravessam o trabalho, a educação e a vida social, orientando expectativas, distribuindo lugares e produzindo efeitos de desqualificação e invisibilidade. Ao mesmo tempo, o *corpus* permite observar deslocamentos que tensionam essas capturas, compondo formas de resistência que nem sempre se apresentam como ativismo formalizado, mas que incidem, de maneira concreta, sobre a reconfiguração de relações de poder e sobre a afirmação de subjetividades negras em condições historicamente adversas.

Em diálogo com Collins (2019, p. 117), para quem “uma das formas de sobreviver ao desrespeito cotidiano e aos ataques diretos inerentes às imagens de controle é se rebelar”, a rebeldia, nos dados deste estudo, se materializa como passagem do silenciamento à enunciação, da culpabilização individual à inteligibilidade das estruturas, e da passividade atribuída à agência construída. Trata-se de um movimento discursivo e político que reorganiza a leitura de si e do mundo, sustentando processos de subjetivação que não se limitam à denúncia, mas incluem a criação de repertórios de sentido, pertencimento e legitimidade.

No referencial adotado, o racismo pode ser compreendido como tecnologia biopolítica que fratura a vida e reorganiza a distribuição diferencial do valor dos corpos, ao demarcar o que “deve viver” e o que “deve morrer” (Foucault, 1999, p. 304). Sob esse enquadramento, atos de resistência, narrativas de (re)existência e práticas de autoafirmação não são apenas respostas individuais à opressão, mas dispositivos que reorientam regimes de verdade, deslocam posições subjetivas e perturbam as fronteiras do possível no espaço social, ainda que tais deslocamentos se deem de forma localizada, gradual e, muitas vezes, sob custo afetivo.

Registro meu reconhecimento às colaboradoras, cujas vozes tornam este *corpus* possível e cuja coragem de dizer ilumina dimensões do racismo que, com frequência, permanecem naturalizadas no cotidiano institucional. À luz deste recorte e do arcabouço teórico mobilizado, entendo que os achados oferecem subsídios tanto ao debate acadêmico quanto à revisão de práticas educacionais e laborais que reproduzem hierarquias raciais, por vezes sob a aparência de neutralidade. Sem pretensão de esgotar o fenômeno, este trabalho delinea pistas para investigações futuras em outros contextos e com outros marcadores sociais, de modo a aprofundar a compreensão das condições de enunciação, dos efeitos das imagens de controle e das formas pelas quais mulheres negras produzem agência e reconfiguram, no discurso e na vida, a experiência do poder.

Referências

- BUENO, Winnie. **Imagens de controle**: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins. Porto Alegre: Zouk, 2020.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. **Black Feminist Thought**: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment. 2. ed. New York: Routledge, 2020.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo editorial, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Edições Graal, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.
- MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1980.
- REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos, SP: Claraluz, 2005.
- SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

Recebido em: 6 de setembro de 2025

Aceito em: 3 de fevereiro de 2026